



CARLOS LACERDA, JUSCELINO KUBITSCHKEK, JOÃO GOULART E A FRENTE AMPLA DE OPOSIÇÃO AO REGIME MILITAR (1966-1968)

Márcio de Paiva Delgado¹
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Em meados de 1966, lacerdistas, juscelinistas, janguistas e alguns comunistas ligados a Luis Carlos Prestes buscaram efetivar uma frente de oposição ao regime militar. Das negociações, nasce o *Manifesto da Frente Ampla*, em outubro de 1966. O manifesto, amplamente divulgado na imprensa nacional, pedia a volta da democracia no Brasil e o fim da ditadura de maneira pacífica e baseada na conciliação. A Frente Ampla foi fechada e proibida qualquer manifestação de apoio pelo governo militar nos primeiros meses 1968, que culminaria com o AI-5 e total fechamento do regime.

Palavras chaves: Frente Ampla, ditadura, oposição.

Abstract: In mid-1966, Carlos Lacerda, Kubitschek and João Goulart political followers and even some Communists, tried to make a united front of opposition to military dictatorship. From their negotiations, in October 1966 was born the called *Manifesto of Broad Front*. The document, full published at national press, aimed to fight for the full restoration of democratic rule through peaceful means. The Broad Front was closed and banned any expression of support by the government in early 1968 culminating with the completely political restraint by the military regime.

Keywords: Broad Front, military dictatorship, opposition.

INTRODUÇÃO – O FECHAMENTO DO REGIME

O golpe civil-militar de 1964 inaugura o período republicano mais longo de ditadura vivido no Brasil, com severas restrições ao exercício da democracia e da cidadania. Mas, nos seus quase 21 anos, não faltaram movimentos de origens diversas de oposição da sociedade brasileira. Um destes movimentos, nascido nos primeiros anos do regime militar, é o batizado pelos seus membros como Frente Ampla. Trata-se de um movimento civil que congregou, entre os anos de 1966 e 1968, três dos principais líderes políticos do Brasil nas décadas de 50 e 60: Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek

¹ Doutorando em História pela UFMG. Mestre e Graduado em História pela UFJF.



e João Goulart. Políticos de partidos, ideologias e perfis bastante diferentes, os três juntos representavam virtualmente uma enorme parcela do eleitorado brasileiro. Com os desdobramentos provenientes do Golpe, os três seguiram por caminhos diversos, até que convergiram para uma meta em comum: formar um movimento de opinião pública que tivesse como objetivo a volta da democracia.

A ditadura militar, a despeito de suas amplas bases sociais, políticas e econômicas, que nem sempre são referenciadas pela memória de seus apoiadores e adversários e pela própria historiografia, foi institucionalizando-se através de ações explicitamente autoritárias, como os sucessivos Atos Institucionais, que, por sua vez, seriam seguidos de seus respectivos Atos Complementares². Tais decretos do Poder Executivo, comandado por uma cúpula militar de alta patente, eram justificados em nome da consolidação e salvação da dita “Revolução”. Buscavam legitimar e legalizar as ações do Executivo, que, desde o golpe de 31 de março, passa a ser hipertrofiado em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário.

No dia 9 de abril de 1964, o então chamado Comando Supremo da Revolução, decreta o primeiro Ato. Na ocasião, o AI, ainda sem numeração, possibilitava aos golpistas alterarem a Constituição de 1946, cassarem mandatos, suspenderem direitos políticos por dez anos e demitir e aposentar servidores públicos acusados de atentar contra os “ideais revolucionários”. Sobre a Presidência da República, o AI determinava eleições indiretas para o dia 11 do mesmo mês, mantendo a data prevista para o fim do mandato (31 de janeiro de 1966³). Nos meses seguintes, milhares de pessoas, dentre elas políticos, sindicalistas, militares, estudantes, professores universitários, jornalistas e intelectuais, sofrem várias punições previstas pelo Ato. Mesmo após os expurgos iniciais e centenas de inquéritos policial-militares, no dia 17 de julho, o Congresso aprova a prorrogação do mandato do Marechal Castelo Branco até 15 de março de 1967, adiando, assim, as eleições presidenciais para três de outubro de 1966.

Em julho do ano seguinte, um novo Código Eleitoral passou a impossibilitar que os governadores em exercício pudessem se candidatar à reeleição no pleito de três de

² CALICCHIO, Vera & FLAKSMAN, Dora. Verbete: *Atos Institucionais*. IN: *Dicionário histórico biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Também disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5744_1.asp Acessado em 10 de julho de 2007.

³ Ato Institucional. IN: FICO, Carlos. *Além do Golpe*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 339-341.



outubro. No Estado da Guanabara, o governador Carlos Lacerda, que desde 1963 já era considerado o virtual candidato à presidência, tendo seu nome confirmado em novembro de 1964 pela Convenção da UDN, empenha-se na eleição de Carlos Flexa Ribeiro, seu secretário de Educação. Em Minas Gerais, o governador Magalhães Pinto trabalha pela eleição de Roberto Resende⁴. Mas os resultados das urnas dão a vitória para Francisco Negrão de Lima (pela coligação PSD-PTB) na Guanabara, e Israel Pinheiro (pelo PSD e apoiado por Juscelino Kubitschek) em Minas Gerais. A derrota nas urnas nos Estados governados pelos dois principais líderes civis da “revolução” foi considerada por militares da chamada “Linha Dura” um alerta de que o regime ainda não havia conseguido eliminar seus adversários, a despeito das boas relações pessoais que o presidente Castelo Branco tinha com Negrão de Lima⁵.

Em meio à crise política, no dia 7 de outubro, Carlos Lacerda, em pronunciamento na televisão, acusa Castelo Branco de ter “traído a revolução” ao ajudar a candidatura de Negrão de Lima⁶. Sob fortes pressões da Linha Dura, em 27 de outubro de 1965 é decretado o Ato Institucional número 2 (AI-2). Tal pressão dos “duros” fará parte da base da interpretação dicotômica e simplista que divide o governo Castelo Branco entre “moderados” e “linha dura”. O segundo ato instituiu a eleição indireta para presidente da República e dissolveu os partidos políticos existentes, além de reabrir uma nova temporada de cassações⁷. Na seqüência, em 20 de novembro, é expedido o Ato Complementar número 4 (AC-4)⁸ com as novas regras sobre a organização partidária que, na prática, permitiram que apenas dois novos partidos políticos fossem homologados: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Era, pois, imposto um sistema partidário artificial, sem que todas as nuances ideológicas fossem contempladas.

Lucia Grinberg aponta que os militares e juristas que mudavam as leis a fim de dar mais poder ao Executivo e significado à “Revolução” buscavam estabelecer uma *tabula rasa* em relação ao quadro político partidário e mesmo ideológico (com a

⁴ BOJUNGA, Cláudio. *JK, o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 636.

⁵ VIANA FILHO, Luis. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio/Bibliex, 1975, p.323.

⁶ LACERDA, Cláudio. Op. cit., p. 201-220.

⁷ Ato Institucional número 2. IN: FICO, Carlos. Op. cit., p. 355-362.

⁸ Ato Complementar número 4. Disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.gov.br/utilidades/download/legislacao/acp4.201165.doc Acessado em 10 de julho de 2007.



chamada “operação limpeza”). Entretanto, como a autora destaca, a ARENA era importante para a sustentação da ditadura, pois nenhuma nova legislação eleitoral ou partidária iria apagar o fato de que o partido era formado por lideranças políticas (tanto da UDN, como do PSD e outros menores) formadas desde o Estado Novo, passando por toda a experiência democrática de 1946 a 1964.⁹ Tal capital político que a ARENA tinha em sua composição desde o momento de sua fundação pode ser parte da explicação da sustentação e legitimidade que a sociedade brasileira dava ao “governo revolucionário”, cujos presidentes militares eram até então desconhecidos do grande público e não identificados com o “meio político”.

Seguindo o gradual fechamento do regime, em cinco de fevereiro de 1966, o governo federal edita o AI-3, que estabeleceu eleições indiretas para governador, e ainda que os prefeitos das capitais passariam a ser escolhidos por estes governadores¹⁰. A “fidelidade partidária”, também imposta no AI-3, proibia que os deputados votassem em candidatos de outro partido. As eleições estavam decididas, por decreto, a favor da ARENA.

No dia 3 de outubro de 1966, o Congresso elege para a presidência da República o ministro da Guerra do governo Castelo Branco, o Marechal Artur da Costa e Silva, um dos principais representantes da chamada “linha dura”, com a posse marcada para o dia 15 de março de 1967. Mas, antes que o novo presidente assumisse, a sete de dezembro de 1966 é decretado o último Ato Institucional do governo Castelo Branco. O AI-4 convocou o Congresso Nacional extraordinariamente, para a “discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República”¹¹. A nova Constituição é promulgada em 24 de janeiro de 1967 sem que a maior parte das emendas propostas pelo Congresso fossem analisadas e votadas¹². Em vista disso, não são poucos aqueles que ainda consideram que a Constituição de 1967 fora de fato outorgada sob um manto falso de legalidade.

⁹ GRINBERG, Lucia. *Partido ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA (1965-1979)*, Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p.48.

¹⁰ Ato Institucional número 3. Disponível no site do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - Acervo da Luta Contra a Ditadura: http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_4.htm Acessado em 11 de julho de 2007.

¹¹ Ato Institucional número 4, Artigo 1º, parágrafo 1º. Disponível no site do Senado Federal. Acessado em 11 de julho de 2007. http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_5.htm

¹² CALICCHIO, Vera & FLAKSMAN, Dora. Op. cit.



Em 13 de março de 1967, dois dias antes da posse do novo presidente, mais um capítulo importante para o fechamento e endurecimento do regime é instituído pelo governo federal. Nesta data é baixado o Decreto-Lei nº. 314, criando a “nova Lei de Segurança Nacional” que estabelece que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei” e que “a segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva”¹³.

Mas seria no ano de 1968 que o progressivo fechamento do regime iria inaugurar aquilo que entrou para a memória nacional como os “Anos de Chumbo”. Depois de violentos meses de protestos estudantis, greves operárias e atentados de grupos guerrilheiros, sempre com enorme repressão por parte do governo, em 13 de dezembro é decretado o AI-5, considerado mais repressivo e autoritário de todos¹⁴.

O AI-5 marcou uma “nova legalidade”. Uma legalidade que, segundo Lucia Klein, baseava-se numa espécie de “indefinição jurídica”, já que os órgãos de repressão e segurança nacional avaliavam os adversários e perigos ao processo revolucionário e, na falta de um quadro de referência normativo, decidiam e pautavam as ações do Executivo¹⁵. A partir daí, o Brasil contou com um arcabouço jurídico peculiar. Baseado em casuísmos e na doutrina de segurança nacional, o Poder Executivo poderia praticar atos que excediam ainda mais as suas atribuições. Em outras palavras, o arbítrio se institucionaliza. Mas mesmo sendo “escancarada” a partir do AI-5, como nomeou o jornalista Elio Gaspari¹⁶, o governo insistia em “legitimar” o regime. A reabertura do Congresso em 25 de outubro de 1969 para corroborar a decisão da cúpula Militar em

¹³ Decreto-Lei nº. 314. Disponível no site do Senado Federal. Acessado em 11 de julho de 2007.
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=191874>

¹⁴ O AI-5 possibilitou à presidência decretar o recesso do Legislativo por tempo indeterminado, permitiu novamente a cassação de mandatos e direitos políticos e suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Como resultado, o Congresso foi fechado, o Supremo Tribunal Federal sofreu com o afastamento de vários ministros, centenas de pessoas, dentre políticos e intelectuais, sofreram as mais variadas perseguições políticas e a censura prévia instalou-se na imprensa.

¹⁵ KLEIN, Lucia & FIGUEIREDO, Marcus. *Legitimidade e coação no Brasil pós-1964*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978, p. 46-47.

¹⁶ GASPARI, Elio. *Ditadura escancarada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004. Passim.



escolher como Presidente o General Emílio Garrastazu Médici¹⁷ reflete essa característica que vinha sendo adotada desde 1964.

O NASCIMENTO DA FRENTE AMPLA

Conforme destacamos no início deste breve artigo – que é apenas o início de uma pesquisa mais profunda sobre o tema –, nosso objetivo é estudar o processo de formação da Frente Ampla. Buscamos através da “grande imprensa” – seja em reportagens, artigos e entrevistas – os passos da formação da Frente através de seus articuladores, simpatizantes, críticos, adversários e observadores. Como se tratava de um movimento voltado para o convencimento da opinião pública, nos interessa saber de que maneira a Frente se apresentou e era apresentada à sociedade brasileira.

Carlos Lacerda, uma das figuras civis mais importantes e celebradas no movimento golpista, despontava nos primeiros meses pós-31 de março como o principal nome para a Presidência da República na eleição de 1965. A cassação dos direitos políticos do então senador por Goiás, Juscelino Kubitschek, em oito de junho do mesmo ano¹⁸, eliminava o principal adversário da UDN para o pleito que teoricamente iria se realizar.

Entretanto, quando o Congresso aprova a prorrogação do mandado de Castelo Branco, Lacerda começa a ver ameaçada sua candidatura. Inicia-se então um processo irreversível de afastamento de Lacerda do “núcleo revolucionário”. Suas severas críticas em relação ao PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) e ao Ministro do Planejamento, Roberto Campos, também o colocam em rota de colisão com o governo¹⁹.

¹⁷ Esse episódio se refere ao chamado “golpe dentro do golpe”. Em 31 de agosto de 1969, assume o governo uma Junta Militar composta pelos Ministros Augusto Rademacker (Marinha), Lyra Tavares (Exército), e Márcio de Souza e Melo (Aeronáutica). A ascensão da Junta impediu a posse do civil Pedro Aleixo à presidência da República quando do afastamento de Costa e Silva por questões de saúde.

¹⁸ BOJUNGA, Cláudio. Op. cit., p. 625.

¹⁹ Lacerda fez uma longa campanha na mídia contra a política econômica do governo Castelo Branco. Para mais detalhes, ver LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.



Lacerda, que acusou Castelo Branco de conspirar contra seu candidato na Guanabara como forma de atingi-lo pessoalmente²⁰, passa a atacar com mais veemência o governo. Sendo gradativamente isolado dentro da UDN e afastando-se de grupos sociais que lhe davam sustentação e apoio, como as organizações de direita católicas e femininas que continuavam a apoiar o “governo da revolução” após o Golpe²¹, Lacerda foi vendo sua candidatura cada vez mais distante²². Logo após a derrota de seu candidato nas eleições estaduais, Lacerda rompe definitivamente com Castelo²³. A instauração do AI-2, que fecha a UDN e sepulta a candidatura presidencial lacerdista, significa também o rompimento quase total de Lacerda com os militares, colocando-o na oposição àquilo que ele abertamente já nomeava por ditadura (e não mais revolução)²⁴. Recusando-se a fazer parte da ARENA, destino natural da maioria dos udenistas (mas é sempre necessário destacar que também o foi para um grande número de membros do PSD e de vários outros partidos menores), Lacerda tenta criar um terceiro partido, o Partido da Renovação Democrática (PAREDE)²⁵. Mas a tentativa é frustrada por não conseguir atingir as exigências estipuladas pelo AC-4, e o PAREDE tem seu registro negado na Justiça Eleitoral em maio de 1966²⁶.

Mas, se por um lado o AI-2 marcou uma nova etapa para o endurecimento do regime (com apoio de parcelas significativas da sociedade civil que apoiaram o golpe de 1964) movimentos de oposição também passaram a ser mais radicais e contundentes.

Em julho de 1966, o atentado a bomba no aeroporto de Guararapes em Recife, organizado por uma ala da Ação Popular (AP) “inaugura” a guerrilha urbana no

²⁰ LACERDA, Cláudio. Op. cit., p. 201-220.

²¹ CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento – a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, *Passim*.

²² MENDONÇA, Marina de Gusmão. *O demolidor de presidentes – a trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968*. São Paulo: Códex, 2002, p. 362.

²³ LACERDA, Cláudio. Op. cit., p. 201-208.

²⁴ Em inúmeros artigos na imprensa, Lacerda dizia que os militares (ora só se referindo aos castelistas, ora para os da Linha Dura) haviam “transformado a revolução em ditadura”, inclusive fazendo referências ao fato disto ser comum numa América Latina subdesenvolvida.

²⁵ No manifesto de fundação do PAREDE, Lacerda se referia ao bipartidarismo: “As duas agremiações oficiais são Arcas de Noé sem dilúvio. Vazias de conteúdo e sinceridade, abrigam em promiscuidade niveladora os que se entregam sem luta”. Apud LACERDA, Cláudio. *Carlos Lacerda e os anos sessenta: oposição*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 243.

²⁶ DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda – a vida de um lutador*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 430-438.



Brasil²⁷. A partir daí, dezenas de outras ações violentas executadas por inúmeros grupos de esquerda começam a fazer parte de movimento de oposição ao regime militar²⁸.

Mas, como argumenta Marcelo Ridenti, se tais ações tinham um caráter de reação contra a ditadura, boa parte delas se justificava também por um projeto revolucionário “ofensivo” nacional-popular e/ou socialista para um momento *a posteriori*, por mais que as questões de memória pessoal tentem inseri-las sempre num contexto de resistência democrática²⁹.

O movimento estudantil, a despeito da Lei Suplicy de Lacerda³⁰, organiza-se novamente e começa a executar manifestações nos grandes centros do país. Sindicatos, artistas, intelectuais e setores da Igreja Católica também aumentam a sua mobilização³¹. Todo o ano de 1968 é marcado pelo aumento de todas as ações oposicionistas, inclusive aquelas ligadas a Frente Ampla.

A recusa do Congresso (com participação decisiva da ARENA) em aceitar o pedido de licença para um processo contra o deputado emedebista Márcio Moréia Alves após um discurso considerado “ofensivo às Forças Armadas” foi considerado o último “ato de subversão” e tornou-se o pretexto final para a instauração do AI-5.

²⁷ Não foi o primeiro atentado praticado pelas esquerdas revolucionárias no Brasil, mas pelo efeito (matou duas pessoas, mutilou outras duas e mais treze ficaram feridas) e pelo objetivo (matar o candidato à presidência e então Ministro da Guerra, Costa e Silva), o atentado de Guararapes é comumente lembrado como o primeiro grande ato de “terrorismo” contra o regime militar. GASPARI, Elio. *Ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 240-241.

²⁸ Trabalhos como o de Marcelo Ridenti e Denise Rollemberg mostram que já no início dos anos 60, ainda durante o governo Jânio Quadros/João Goulart, grupos de esquerda, influenciados e apoiados diretamente por Cuba (treinamento e patrocínio), apostaram na formação de guerrilhas (sobretudo rurais) para “exportar a revolução” para o Brasil. O primeiro grupo, antes de 1964, a formar focos de treinamento de guerrilheiros no Brasil foram as Ligas Camponesas em regiões de Goiás, Acre, Bahia e Pernambuco. No pós-64, Leonel Brizola se aproxima dos cubanos e funda com militares (de baixa e média patente) cassados e exilados o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e tenta organizar guerrilhas rurais a partir do exílio. Ver: ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 21-32. A partir de 1966, a quantidade de grupos que optam pela luta armada aumenta e vai se dividindo em número quase que exponencial, tendo seu fim com a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PCdoB no sul do Pará entre 1972 e 1973. Para um resumo desse processo, ver: RIDENTI, Marcelo. *As esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970*. IN: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil - revolução e democracia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 47-49.

³⁰ Nome popular da Lei nº 4.464, de 6 de abril de 1964 que proibia as atividades políticas nas organizações estudantis.

³¹ VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



Durante todo o processo de fechamento do regime, tradicionais lideranças políticas ou aderiam ao governo militar ou eram afastadas através dos expedientes autoritários justificados pela “segurança nacional”. Num período onde os principais líderes políticos que poderiam se opor ao governo militar estavam ou exilados (João Goulart, Leonel Brizola e Miguel Arraes) ou com seus direitos políticos cassados (Juscelino Kubitschek, Luis Carlos Prestes, Adhemar de Barros³², Jânio Quadros), Carlos Lacerda, que havia se afastado do governo do Estado da Guanabara em 4 de novembro de 1965 em protesto pela derrota de seu candidato³³, destaca-se como principal voz oposicionista no meio político, já que o MDB, ainda nos anos 60, era um partido sem capacidade de oposição efetiva.

Em meados de 1966, por iniciativa do deputado emedebista Renato Archer, Lacerda entra em contato com Kubitschek na tentativa de chegar a um “entendimento” acerca de um movimento político visando a redemocratização do Brasil. Este movimento logo seria chamado de “Frente Ampla”. Nos meses seguintes, lacerdistas, juscelinistas, trabalhistas e até mesmo comunistas ligados a Luis Carlos Prestes mantêm conversas na tentativa de efetivar o movimento³⁴. Lacerda tenta ainda, no início do movimento, convidar o ex-presidente Jânio Quadros³⁵, mas este se recusou a manter contatos com o ex-governador³⁶. Segundo o *Tribuna da Imprensa*, Jânio temia ser “confinado juntamente com o sr. Juscelino Kubitschek, se aderisse à Frente Ampla”³⁷. Magalhães Pinto também foi convidado, mas recusou-se, pois, segundo Lacerda, “já estava engajado na campanha de Costa e Silva”³⁸.

Como a nossa pesquisa se insere na perspectiva da História Política em seus desdobramentos sociais, econômicos e culturais conforme a proposta de René Rémond³⁹, a “política” é entendida por nós como o jogo de coalizões e choques de interesses que os vários grupos de uma sociedade travam na esfera política em busca de

³² Adhemar de Barros foi cassado, em cinco de junho de 1966, por corrupção.

³³ DULLES, John W. F. Op. cit., p. 417.

³⁴ MORAES, Denis & VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 195-196.

³⁵ LACERDA, Carlos. *Crítica e autocrítica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1966, p. 80.

³⁶ ARNT, Ricardo. *Jânio Quadros – O prometeu de vida mariana*. São Paulo: Ediouro, 2004, p. 219.

³⁷ Jânio viaja sem esperanças de que Costa lhe dê anistia. *Tribuna da Imprensa*, 04/ 03/ 1968.

³⁸ LACERDA, Carlos. *Crítica e autocrítica*. Op. cit., p. 80.

³⁹ RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 10.



controle ou influência nos meios decisórios. Numa normalidade democrática, os principais projetos políticos (pessoais ou de grupos) precisam ter laços de identificação com os servidores civis e militares; representação, trânsito e repercussão junto aos partidos políticos e suas lideranças; influência e aliança com líderes de grupos de interesses organizados e atores de diversos grupos econômicos; e um canal de contato direto com a sociedade civil, seja ela organizada ou não. Em suma, para uma tese (de um programa partidário ou de uma liderança) conseguir atingir seus objetivos políticos, é preciso convencer a opinião pública já que boa parte dos acessos aos meios decisórios é atingida principalmente através de eleições.

As lideranças políticas buscam alternativas que sejam compatíveis com os seus objetivos, do mesmo modo que os atores sociais buscam, na *classe política*, representantes que sejam compatíveis com suas demandas. Contudo, o Brasil naquele momento não se encontrava mais numa ordem democrática, por mais que os golpistas e seus apoiadores dissessem o contrário. Com o fechamento do regime, cada vez mais ininteligível, Lacerda e Kubitschek apostaram numa estratégia arriscada, pois, na prática, vários de seus correligionários se recusaram a participar da Frente Ampla, seja porque fizeram parte do movimento golpista e para eles não fazia sentido entrarem para a oposição, seja por adesismo ao novo regime (lembrando que o próprio Kubitschek ofereceu apoio discreto ao golpe depois deste consumado), seja por intimidação pela repressão já sofrida ou daquela que poderia vir da sua participação ou mesmo por entenderem-na “ampla demais” já que, para alguns, suas diferenças históricas eram irreconciliáveis. Leonel Brizola e Miguel Arraes, possíveis membros da Frente, recusaram-se a fazer parte dela por não considera-la “popular” e de “cima pra baixo”⁴⁰; e, conforme apontamos anteriormente, há também o fato de Leonel Brizola, desde o início do seu exílio no Uruguai, ter optado pela criação do MNR com apoio cubano. Portanto, estava descartada qualquer participação de Brizola na Frente Ampla por motivos óbvios. Mas também houve adesões, sobretudo de emedebistas (muitos de origem trabalhista) após da entrada oficial de João Goulart⁴¹.

⁴⁰ TAVARES, Cristina & MENDONÇA, Fernando. **Conversações com Arraes**. Belo Horizonte: Vega, 1979, p. 105.

⁴¹ MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Partido e Sociedade, a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997, p. 107.



Depois de alguns meses de reuniões entre emissários de Lacerda e Kubitschek, a Frente Ampla finalmente nasce oficialmente no *Manifesto da Frente Ampla*, escrito por Lacerda e publicado em 28 de outubro de 1966 no jornal *Tribuna da Imprensa*, do jornalista Hélio Fernandes (sem a assinatura de Kubitschek). Semanas depois, em 19 de novembro de 1966, Lacerda e Kubitschek divulgam em conjunto a chamada *Declaração de Lisboa*. Já no governo Costa e Silva, Lacerda e João Goulart, em 25 de setembro de 1967, divulgam o chamado *Pacto de Montevideu*. Tais documentos defendiam, em linhas gerais, a superação das diferenças políticas e ideológicas em nome da união nacional pela volta da democracia e um projeto de desenvolvimento econômico nacionalista.

A despeito do caráter oposicionista, a Frente Ampla nasce norteada por princípios políticos considerados conservadores e concebida para defender a volta da “normalidade democrática” pré-1964. Ela não encontraria mais espaço na “nova legalidade fardada” e sequer oferecia uma opção aos movimentos de esquerda radicais. Tal “inconsistência ideológica”, para um período de radicalização e conflito, foi resumida na época por Rachel de Queiroz na revista *O Cruzeiro* ao falar de Lacerda: “Um homem de direita, que já foi de esquerda, une-se a um homem de esquerda, para fins de direita”⁴².

Depois da entrada de Goulart na Frente, que passa a dispor de maior aceitação entre os parlamentares do MDB, tiveram início mobilizações públicas, com comícios nas cidades paulistas de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, em dezembro de 1967, e em Londrina e Maringá, no Paraná, nos finais de março de 1968. Esses últimos eventos reuniram mais de 15 mil pessoas.

Além de comícios, Lacerda era constantemente convidado por instituições de ensino, associações profissionais e Câmaras Municipais em diversos estados para realizar conferências divulgando a Frente Ampla e críticas ao governo e ao clima de repressão e violência.⁴³ Tais eventos, que marcam o início de uma série de atos em prol

⁴² Apud: NETO, Lira. *Castello – a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 390.

⁴³ “Convites para Lacerda falar passam de 50”. In: *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1968. Correspondências e recortes de jornais reunidos no Acervo Carlos Lacerda em posse da UnB mostram que Lacerda passou por vários estados da região sul, sudeste e nordeste nos meses de março e início de abril de 1968 em nome da Frente Ampla.



da Frente Ampla, coincidiram com as manifestações estudantis realizadas em todo o país em repúdio à violência policial que, no Rio de Janeiro, causara a morte do estudante Edson Luís em 28 de março de 1968⁴⁴.

Desde princípios de março de 1968, o deputado Renato Archer, secretário geral da Frente Ampla, passou a distribuir, junto a órgãos de imprensa, Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais e associações estudantis, pequenas brochuras intituladas “Documentos Básicos da Frente Ampla”, que reuniam o Manifesto de criação a declarações oficiais de seus principais membros.

Convidado a discursar na Câmara Municipal de Governador Valadares no dia 15 de março em nome da Frente Ampla, Lacerda faz um violento pronunciamento contra o Governo e contra o general Jayme Portella (Chefe do Gabinete Militar e considerado a “eminência parda” de Costa e Silva). Tal discurso, que foi reproduzido em vários jornais da grande imprensa⁴⁵, revoltou boa parte dos militares e de altos escalões do governo⁴⁶.

Com ameaças de enquadramento de Lacerda na Lei de Segurança Nacional e um dia após a missa de sétimo dia do estudante Edson Luis na Igreja da Candelária, que foi palco de uma das mais chocantes cenas de violência e repressão contra a população, que transformara a missa em ato político contra a ditadura, finalmente, em cinco de abril de 1968, o Ministro da Justiça, Gama e Silva, emite a Portaria nº177, fechando a Frente Ampla.

Segundo a portaria, divulgada na íntegra em vários jornais no dia seguinte, a partir daquele momento a Frente Ampla estava proibida. Qualquer manifestação pública, declarações, entrevistas ou publicações em nome da Frente Ampla seriam consideradas ilegais. Os cassados que se manifestassem em nome dela deveriam ser presos em flagrante e outros estariam sujeitos a inquéritos policiais baseados na Lei de Segurança Nacional, além da apreensão de publicações que fizessem qualquer menção a ela, junto com o estabelecimento de multa.

⁴⁴ LAMARÃO, Sérgio. *Articulação da oposição – a Frente Ampla*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/8Exilio/Articulacao_da_oposicao.asp Acessado no dia 05 de agosto de 2007.

⁴⁵ “Lacerda: Regime Lembra Ku Klux Klan”. In: **Jornal do Brasil**, 16/03/1968.

⁴⁶ MELLO, Jayme P. de. **A Revolução e o governo Costa e Silva**. Rio de Janeiro: Guavira, 1979, p. 538.



Os meses seguintes seriam marcados pelo aumento da radicalização política, o que culminou com a decretação do AI-5. Carlos Lacerda, “o traidor”, encabeçava a lista e teria seus direitos políticos cassados por 10 anos e em seguida seria detido. Na prisão, fez greve de fome em forma de protesto, mas, graças à intervenção de amigos e parentes, foi libertado dias depois e abandonou a vida pública.

A FRENTE AMPLA E AS CULTURAS POLÍTICAS

Uma das questões que nos interessam em nossa pesquisa é tentar entender não apenas a sequência factual de criação e atuação da Frente Ampla, mas por que tal iniciativa pela redemocratização não conseguiu atingir seus objetivos num país que, segundo memorialistas, era “vítima da ditadura e rogava por democracia”. Se a Frente Ampla foi tão inócua, como boa parte desta memória sobre o período costuma afirmar, porque o governo emitiria uma portaria tão severa na tentativa de riscar do mapa político qualquer menção ao seu nome? E o que dizer sobre a constatação de que quase metade dos cassados durante todo o governo Costa e Silva, contando até o AI-5, eram “frentistas”?⁴⁷ Apenas coincidência?

No dia seguinte à portaria, Lacerda lança, em provocação, a “União Popular”, já que a proibição das manifestações políticas era apenas para a “Frente Ampla”. Nas semanas e meses seguintes à portaria, políticos “frentistas”, como Renato Archer, Osvaldo Lima Filho, Hermano Alves, Mario Covas e Josafá Marinho, fizeram várias defesas pela Frente Ampla através da imprensa e de discursos parlamentares. Até mesmo parlamentares contrários ao “esquema do ex-Governador Carlos Lacerda”, como o deputado emedebista João Herculino, posicionaram-se contra o fechamento desta pelo “mini-ato” do Ministro Gama Silva⁴⁸. Deputados federais e estaduais lacerdistas

⁴⁷ Dos deputados 48 cassados, 23 eram membros da Frente Ampla, segundo levantamento feito pelo Jornal do Comércio de Pernambuco em 18/01/1969. Sobre as cassações de políticos do MDB mineiro, o jornal Diário de Minas no dia 01 de janeiro de 1969 dizia: “Praticamente só foram cassados políticos comprometidos com a Frente Ampla [...] O decreto das cassações – no entender do MDB – foi para cassar a Frente Ampla”.

⁴⁸ “Herculino quer luta sem trégua”. In: *Jornal do Brasil*. 10/04/1968



chegaram a divulgar um Manifesto condenando a Portaria como “inconstitucional”⁴⁹, mas a “União Popular” (nada mais do que a Frente Ampla com outro nome) aos poucos foi sumindo do noticiário. Juristas e jornalistas criticaram a ilegalidade da portaria, que ameaçava a imprensa. A viagem de Lacerda para a Europa no dia 20 de abril (duraria dois meses), e, apesar das negações públicas, foi considerada uma “deserção” por alguns de seus colegas “frentistas”, sobretudo os trabalhistas⁵⁰. Mas esse fato, mesmo que substancial para desmobilizar seus apoiadores, não pode ser a resposta para a morte da Frente Ampla.

Para tentar responder a tal questão, recorreremos ao conceito de Culturas Políticas. Serge Berstein, no célebre artigo *Culturas Políticas e Historiografia*, afirma que:

*(...) as abordagens empíricas dos fenômenos políticos mostram claramente que os atos e comportamentos de atores políticos como os cidadãos se explicam mais frequentemente em função de um complexo sistema de representações, partilhado por um grupo suficientemente expressivo dentro da sociedade (...)*⁵¹

E mais adiante, define:

*Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade de grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político*⁵².

E conclui logo após:

⁴⁹ “Manifesto condena Portaria”. In: *Jornal do Brasil*, 18/04/1969. Os deputados que assinaram o manifesto: Mauro Magalhães, Raul Brunini, Caio Mendonça, Geraldo Monerat, Mauro Werneck, Salvador Mandin e Veiga Brito.

⁵⁰ “Archer vai a Brasília colher para discurso sobre “frente”. In: *Jornal do Brasil*. 23/04/1968.

⁵¹ BERSTEIN, Serge. *Culturas Políticas e Historiografia*. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 30-31.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 31



Por meio de seus estudos empíricos, eles [os historiadores] constataam a existência, num dado momento da história, de vários sistemas de representações coerentes, rivais entre si, que determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão do poder, sistemas que motivam e explicam seus comportamentos políticos⁵³.

Não se trata, portanto, de “previsão” ou qualquer tipo de determinismo social, mas sim de buscar uma ferramenta de análise para explicitar as razões histórico-culturais que expliquem o porquê de boa parte da mobilização política contrária à ditadura não ter aderido ao projeto frentista. Conhecer o fracasso da Frente Ampla é conhecer parte de nossa cultura política naquele contexto. Por qual motivo a população brasileira (talvez a maior parte dela) aceitou (ou pelo menos não demonstrou sua revolta) a “democracia vigiada” e a argumentação dos “revolucionários” de que o Brasil (no caso, o próprio povo) ainda não estava pronto para a volta do voto direto para cargos do executivo?

A partir das Culturas Políticas, temos como perspectiva de Política não apenas a sua formalidade institucional, mas, sobretudo, uma cadeia de relações sociológica e historicamente articuladas entre os membros e os grupos de uma sociedade, valorizando seus aspectos culturais. Trata-se, segundo Ângela de Castro Gomes, de uma renovação mundial na História Política e sua articulação com a História Cultural nas últimas décadas⁵⁴.

Nos anos 60, o Brasil vivia um período crítico na democracia. Desde antes do golpe de 1964, a radicalização de alguns grupos de esquerda e de direita, inseridos no contexto global de Guerra Fria, não favorecia o apego às instituições democráticas para o atendimento de suas demandas e/ou para barrar as demandas adversárias⁵⁵. Tratava-se, de fato, de uma democracia frágil, que, desde o final do Estado Novo, convivia com

⁵³ Idem, ibidem, p. 32.

⁵⁴ GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel, et alii (org). *Culturas Políticas* – ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, 2005, p. 22.

⁵⁵ FERREIRA, Jorge. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: **Seminário 40 Anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7 Letras, CNPq, p. 41-51.



inúmeras crises institucionais, nas quais pontificavam as disposições de setores antagônicos da sociedade brasileira por soluções “extra-legais”, seja entre os setores conservadores anticomunistas – que apelavam à intervenção das Forças Armadas, consideradas por muitos como uma espécie de “poder moderador da república” –, seja entre os grupos nacionalistas e trabalhistas, formados na esteira da herança getulista, além de grupos revolucionários de esquerda.

Uma sociedade culturalmente complexa, a despeito de possuir uma “cultura política dominante”, em que há uma grande gama de valores e códigos sociais compartilhados, é formada por outras culturas políticas. Estas estão sempre em contato umas com as outras, relacionando-se dialeticamente, enriquecendo-se mutuamente, muitas vezes de maneiras conflituosa, adaptando-se à conjuntura e definindo a identidade do indivíduo e da sociedade em que se insere⁵⁶.

Dentre as principais culturas políticas brasileiras tradicionais, temos aquelas que Wanderley Guilherme dos Santos definiu como “liberalismo doutrinário” e “autoritarismo instrumental”. Os liberais doutrinários, com forte presença nas primeiras décadas do século XX, acreditavam que “boas leis criam boas e eficientes instituições, e que boas instituições garantem qualidade moral do sistema”⁵⁷. No pós-45, a maior parte dos liberais doutrinários brasileiros organizaram-se em torno da UDN. O “autoritarismo instrumental”, que tem suas bases mais bem acabadas nos trabalhos de Oliveira Vianna⁵⁸, é caracterizado pelo apelo a um Estado autoritário, politicamente centralizado, como ferramenta para uma atingir uma organização política desejada, mesmo que esta seja um regime democrático, embora restrito. Setores da UDN, e em especial o lacerdismo, nascidos sob uma orientação radicalmente anti-getulista, adotaram posturas claramente autoritárias, elitistas e golpistas em relação àquilo que eles consideravam “ilegítimo” e antidemocrático, como o trabalhismo, pejorativamente chamado por eles de “populismo”⁵⁹.

⁵⁶ BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-63.

⁵⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, P. 97-99.

⁵⁸ VIANNA, Oliveira. *Instituições política brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

⁵⁹ Para uma discussão atualizada e aprofundada sobre o conceito de “populismo” e sua historicidade, ver: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história - debate e crítica*. RJ: Civilização Brasileira, 2001.



Mesmo tendo suas origens no Estado Novo, uma outra força política do período é o “pessedismo”. Junto ao grupo de Kubitschek, o pessedismo trás em si a “tradição da mineiridade”, que é busca da conciliação, do entendimento, do acordo, da negociação, da cautela (neste sentido, diametralmente oposto ao lacerdismo), dentro de um sistema democrático e liberal, porém conservador⁶⁰.

A cultura política trabalhista, nascida em torno do getulismo e do PTB, fortemente presente no Brasil durante a Experiência Democrática (1945-1964), mobilizou, segundo Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, uma enorme parcela da população urbana em torno de líderes políticos e sindicais, num projeto de Estado interventor, corporativo e de orientação Nacionalista na economia⁶¹.

A cultura política socialista no Brasil, nascida nas primeiras décadas do século XX junto ao movimento operário entrelaçado com o movimento anarquista, tem sua trajetória intimamente ligada ao PCB e apresentava-se como um projeto de superação do capitalismo pela via revolucionária. A partir do final do Estado Novo, disputando com o PTB a influência junto ao sindicalismo e às classes trabalhadoras, o PCB adota uma postura de mobilização sindical, aliada ao nacionalismo, não sendo raro os momentos em que fez acordos eleitorais com o trabalhismo, como nos casos do *Queremismo*, das eleições presidenciais de 1955 e da luta pelas Reformas de Base no governo Goulart.

O movimento da Frente Ampla nasce num período onde o autoritarismo e a centralização de poderes no Executivo apresentava-se como a prática institucional predominante e as Forças Armadas valiam-se do poder coercivo do Estado para conter a oposição. Por ser um movimento político voltado para a formação de uma opinião pública a favor da redemocratização do Brasil, a Frente precisava não apenas de um contexto de liberdade de imprensa e de organização para atingir seus objetivos junto à sociedade civil, como também de uma cultura política democrática predominante na

⁶⁰ ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

⁶¹ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista – getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964*. RJ: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel, et alii (org). *Culturas políticas – ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. RJ: FAPERJ/Mauad, 2005, p. 37.



sociedade brasileira. Todavia, segundo reflexão de Denise Rollemberg, a “prática e o caráter democráticos estavam longe de ser referência de nossa cultura política, uma ausência não exclusiva às elites”⁶².

Os organizadores do movimento, de fato, buscaram uma verdadeira “frente ampla”. Esta seria um catalisador das principais culturas políticas do Brasil, acreditando que juntas poderiam sintetizar aquela que seria a predominante, ou seja, a democrática. A Frente Ampla tentou aliar o liberalismo doutrinário dos “bacharéis da UDN” e o autoritarismo instrumental do próprio lacerdismo, com a “mineiridade” do juscelinismo e o trabalhismo nacionalista sindical de João Goulart. Seu fracasso decorre de um contexto onde a “ordem revolucionária”, representada pela aura histórica “moderadora” dos militares, repudiava os “traidores da revolução”, o passado “populista” e o “perigo comunista”.

CONCLUSÃO

Movimento estudantil, guerrilha urbana e rural, MDB, movimento sindical, Igreja Católica, expressões artísticas e intelectuais. Estes são os principais atores sociais ou grupos lembrados pela memória nacional quando se fala em oposição ao regime militar no Brasil. Essa memória coletiva é facilmente percebida, e de certo modo reproduzida e perpetuada, na maioria dos livros didáticos utilizados atualmente no ensino fundamental e médio no Brasil, nos órgãos de imprensa, e em expressões artísticas como teatro, teledramaturgia e cinema. Nossa experiência na docência no ensino médio, em cursos preparatórios para vestibular e em concursos públicos nos habilita também a confirmar que a exigência de conhecimento dos candidatos acerca do assunto “oposição à Ditadura Militar” recai praticamente nos grupos acima mencionados.

Sem a intenção de diminuir ou negar a importância desses grupos de oposição, nos provoca uma forte inquietação a constatação de que um movimento pela

⁶² ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil – revolução e democracia*. Op. Cit., p. 221.



redemocratização do país, antes mesmo do total fechamento do regime com o AI-5, que congregou três dos maiores ícones políticos da história do Brasil, esteja tão pouco presente na memória coletiva nacional, sendo relegado quase que exclusivamente ao meio acadêmico, sendo que, mesmo neste, é também pouco abordado.

A Frente Ampla foi uma reação de membros da elite política tradicional, forjada entre 1945 e 1964, contra os rumos do governo instaurado em abril de 1964. Apresentava-se, portanto, como uma alternativa de oposição ao governo fora dos grupos radicais de esquerda, já que a escalada do autoritarismo através dos sucessivos atos institucionais, além de mitigar o equilíbrio entre os três Poderes, criara um sistema partidário sem espaço para uma oposição capaz de articular, naquele momento, a volta da democracia. Não obstante, ao mesmo tempo em que criticava o caráter autoritário e antidemocrático do novo governo, a Frente Ampla aceitava a “revolução como um ato consumado”⁶³, excluindo de seus propósitos qualquer conotação “revolucionária” (ou “anti-revolucionária”). Por conta dessa característica conformista, a Frente Ampla apostava num diálogo entre a sociedade civil e os militares, sem propor mudanças estruturais, deixando de lado os anseios de grupos guerrilheiros socialistas e do movimento estudantil mais radical.

Seu objetivo principal era movimentar a opinião pública pela volta da democracia. Dos três líderes da Frente, o único que não estava cassado no momento de sua articulação era o ex-governador Carlos Lacerda, que ainda alimentava esperanças de viabilizar sua candidatura à presidência numa possível eleição a ser realizada em 1970⁶⁴. Para isso, Lacerda buscou apoio de seus antigos adversários políticos, numa tentativa de arrastar o juscelinismo e o janguismo para sua candidatura. Sem dúvida uma estratégia arriscada e surpreendente, pois, na prática, vários dos correligionários dos três personagens centrais da Frente se recusaram a participar da frente, por entenderem-na “ampla demais”, congregando histórias e interesses irreconciliáveis.

Seu principal canal de comunicação junto à sociedade civil era a imprensa e contava com a adesão de políticos (cassados ou não) e lideranças. As reportagens, entrevistas, declarações e artigos políticos publicados nos principais jornais de

⁶³ LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Op. cit., p. 380.

⁶⁴ MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. cit., p. 362.



circulação nacional durante o período mostram claramente que a Frente Ampla não era uma conspiração, como lembra o ex-deputado Marcio Moreira Alves⁶⁵. Na opinião de alguns membros do governo militar no calor dos protestos estudantis de 1968, a Frente Ampla poderia estar, inclusive, influenciando tais movimentos⁶⁶, e, a despeito de não ter conseguido seu principal objetivo, foi fechada por um ato de força do Poder Executivo.

Portanto, acreditamos que seria teleológico de nossa parte dizer que a Frente Ampla foi um fracasso apenas por sua suposta inconsistência ideológica. O momento era de radicalização. A democracia dita “burguesa” não era agenda de nenhum dos grupos antagônicos com maior mobilização. Uns queriam a ordem fardada sob a senha da segurança nacional. Outros queriam uma revolução socialista. O próprio MDB, como lembra Rodrigo Patto Sá Motta⁶⁷, sofreu com o baixo interesse das esquerdas nos primeiros anos de sua existência. Por vários motivos, os velhos e jovens militantes de esquerda não encontravam no MDB (e nem na Frente Ampla) qualquer possibilidade de derrubada da ditadura e muito menos para a realização de um projeto socialista. Poucos meses depois do fim da Frente Ampla e com a escalada das manifestações públicas e da repressão governamental pelo ano de 1968, o AI-5 seria decretado e o Brasil entraria no período mais repressivo e violento da ditadura militar.

⁶⁵ ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 132.

⁶⁶ VALLE, Maria Ribeiro do. *1968, o diálogo é a violência*. Campinas: Unicamp, 2008, p. 38.

⁶⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. IN: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs). *As esquerdas no Brasil – revolução e democracia*. Op. Cit., p. 286.